UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

MESTRADO EM DIPLOMACIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Entre Semelhanças e Diferenças: Uma Análise Discursiva Comparada das Políticas Externas de Trump e Bolsonaro

Camilla de Macedo Guedes, nº22207116

2025

www.ulusofona.pt

UNIVERSIDADE LUSÓFONA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

MESTRADO EM DIPLOMACIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Entre Semelhanças e Diferenças: Uma Análise Discursiva Comparada das Políticas Externas de Trump e Bolsonaro

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre no Curso de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, conferido pela Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa, no dia 9/05/2025, perante o júri, com o Despacho de Nomeação n.º 264/2025, de 07 de abril, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Vasco Rato

Arguente: Prof. Doutor João Terrenas

Orientador: Profª. Doutora Susana Nina

Camilla de Macedo Guedes, nº22207116

2025

A verdadeira sabedoria está em reconhecer o quanto ainda não sabemos.

Sócrates

DEDICATÓRIA

Aos meus avós, que, mesmo não estando mais entre nós, continuam sendo a base e a inspiração para tudo que sou e conquisto.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão às minhas orientadoras, professora Susana Nina e professora Teresa Pinto, pelo apoio inestimável, pela paciência e por guiarem com sabedoria cada passo ao longo deste percurso.

Sou profundamente grata aos meus padrinhos, Samya e Thiago, por serem uma fonte constante de inspiração, por me encorajarem a acreditar nos meus sonhos e por tornarem possível a realização de tantos deles.

Agradeço também aos meus pais, ao meu namorado, Vasile, e à minha amiga, Bruna, por estarem ao meu lado nos momentos mais desafiadores, oferecendo suporte, motivação e carinho para que eu pudesse concluir esta importante etapa da minha vida.

RESUMO

Com o crescimento do populismo nos últimos anos, surge a necessidade de debater cada vez mais seus impactos na sociedade como um todo. A política externa é um dos âmbitos mais impactados, pois líderes populistas tendem a adotar uma postura anti institucional e nacionalista. Os governos de Donald Trump e Jair Bolsonaro são exemplos de como o populismo interfere nas formulações das políticas internacionais de um país. A finalidade desta dissertação é analisar o discurso face as políticas externas adotadas por Trump nos Estados Unidos e Bolsonaro no Brasil, na tentativa de perceber suas semelhanças e diferenças. Para isso, percorro as definições do conceito de política externa sob a visão das teorias clássicas das relações internacionais e o conceito do populismo, apresentando a conexão entre eles. Posteriormente é analisado o histórico da política externa dos dois países e a postura dos dois líderes, finalizando com a sua comparação por meio de uma análise de discurso. A conclusão desta análise evidencia convergências na dimensão ideológica, retórica de soft power, posições multilaterais e postura em relação ao meio ambiente e divergências na estratégia de hard power entre o governo dos dois líderes.

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa, Donald Trump, Jair Bolsonaro, Populismo, Análise de Discurso

ABSTRACT

With the rise of populism in recent years, there is a growing need to debate its impact on society. Foreign policy is one of the areas most affected, as populist leaders tend to adopt an anti-institutional and nationalist stance. The governments of Donald Trump and Jair Bolsonaro are examples of how populism interferes in the formulation of a country's international policies. The purpose of this dissertation is to analyze the discourse on foreign policies adopted by Trump in the United States and Bolsonaro in Brazil, to understand their similarities and differences. To do this, I go through the definitions of the concept of foreign policy from the point of view of the classical theories of international relations and the concept of populism, presenting the connection between them. Subsequently, the history of the foreign policy of both countries and the stance of the two leaders are analyzed, concluding with their comparison through a discourse analysis. The conclusion of this analysis shows convergences in the ideological dimension, soft power rhetoric, multilateral positions and stance on the environment, and divergences in the hard power strategy between the governments of the two leaders.

KEYWORDS: Foreign Policy, Donald Trump, Jair Bolsonaro, Populism, Discourse Analysis

LISTA DE SIGLAS

ALCA – Área de livre Comércio das Américas

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

EUA – Estados Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

NEPA – Lei Nacional de Política Ambiental

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONGs – Organizações não governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIB – Produto Interno Bruto

UE – União Europeia

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 10
1. ABORDAGEM TEÓRICA E CONCEPTUAL 12
1.1. Política Externa 12
1.2. Populismo 15
1.3. Política Externa e Populismo 17
1.4. Soft Power e Hard Power 19
2. CASO DE ESTUDO: POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL E EUA 21
2.1. Brasil 21
2.1.1. Política Externa do Brasil 21
2.1.2. Política Externa de Bolsonaro 24
2.2. Estados Unidos da América 27
2.2.1. Política Externa dos EUA 27
2.2.2. Política Externa de Trump 29
3. METODOLOGIA 32
4. ANÁLISE DE DADOS 35
CONCLUSÃO 45
BIBLIOGRAFIA 47

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Grelha de análise dos discursos de Trump e Bolsonaro 33
Tabela 2 - Similaridades e Diferenças: Um Comparativo entre Trump e Bolsonaro 43

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, tem sido possível verificar um crescimento significativo no interesse pela análise da política internacional, tendo em consideração o impacto do populismo, que também se encontra em ascensão. Líderes populistas acabam por redefinir as estratégias do cenário global quando utilizam a narrativa de conflito entre o povo e a elite para criticar as instituições internacionais e isso desestabiliza as relações do Estado com os outros atores da política externa (Löfflmann, 2022, p. 404). O caso de Donald Trump, nos Estados Unidos da América (EUA), e Jair Bolsonaro, no Brasil ilustram essa dinâmica.

A relevância desses dois casos é atribuída às alterações percebidas no sistema internacional. Os EUA, sob o governo de Trump, adotaram uma postura nacionalista que originou uma mudança no contexto político global, favorecendo países como China e Rússia que têm interesse em enfraquecer os laços dos países do Ocidente (Weiss, 2018, p. 9). Já o Brasil, com a escolha de Bolsonaro em aprofundar o seu relacionamento com Trump e seguir também a abordagem nacionalista, afastou-se das diretrizes da política externa brasileira como o multilateralismo e a cooperação Sul-Sul, modificando as dinâmicas regionais e globais (Vieira, 2023, p. 16). Apesar dos contextos diferentes, estes dois líderes estão inseridos em uma ordem mundial em transformação, marcada pelo fortalecimento de discursos populistas e o questionamento das relações multilaterais.

Os dois líderes adotaram abordagens especificas em relação às suas políticas externas, o que levanta interessantes questões sobre as semelhanças e diferenças entre os dois governos: Bolsonaro, de 2019 a 2022 no Brasil e Trump, de 2017 a 2021 nos Estados Unidos. Assim, a pergunta central que orienta este estudo é: De que forma as políticas externas adotadas nos governos de Trump nos Estados Unidos e de Bolsonaro no Brasil se distinguem ou se assemelham no contexto do populismo e da retórica nacionalista?

Os objetivos desta dissertação são: i) verificar os pontos de convergência e divergência das políticas dos dois líderes e ii) analisar os discursos e ações de política externa no âmbito de questões como economia, meio ambiente e relações bilaterais. Para alcançar esses objetivos será feito uma análise dos discursos de Trump e Bolsonaro em eventos oficiais como Assembleias Gerais da Organização das Nações Unidas (ONU), 10 discursos inaugurais e outros discursos proferidos em ocasiões institucionais por ambos

os líderes, utilizando critérios estabelecidos na metodologia, como ideologia, estratégias de soft power e hard power, multilateralismo e questões ambientais.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma: primeiro, começamos por enquadrar teoricamente os conceitos de política externa, populismo, soft power e hard power e depois apresento o estudo de caso, onde são comparados as narrativas e políticas externas de Trump e Bolsonaro. Na sequência, apresento a abordagem metodológica desta dissertação e a análise dos dados recolhidos. Para finalizar, exponho a discussão dos resultados e conclusão de investigação.

1. ABORDAGEM TEÓRICA E CONCEPTUAL

A abordagem teórica e conceptual deste trabalho apresenta a fundamentação indispensável para a análise da retórica e das práticas de política externa dos líderes populistas, Trump e Bolsonaro. Com esse propósito, abordarei o conceito da política externa e do populismo, destacando a interação entre eles e os impactos causados pelo fenômeno populista na esfera internacional. Também serão apresentados os conceitos de soft power e hard power que representam dimensões do poder, sendo relevantes para a percepção das estratégias adotadas pelos dois líderes.

1.1. Política Externa

A Política Externa pode ser considerada de forma simples como um conjunto de ações, estratégias e deliberações que um Estado utiliza para atingir os seus objetivos e promover interesses no contexto internacional. Esses objetivos e interesses podem ser a segurança, a cooperação com outros países, ou o desenvolvimento econômico, social e cultural. Isto pode acontecer por meio da interação com os outros países e atores internacionais, pela negociação de acordos e tratados, em participações em organizações internacionais e na utilização da diplomacia, que pode ser considerada como o principal instrumento de execução da Política Externa (Gomes, 1990).

Por ser um campo de estudo muito importante dentro das Relações Internacionais nos últimos anos, este conceito foi analisado e definido por meio de diversas perspectivas teóricas. Neste capítulo irei explorar as principais definições teóricas sobre a política externa, incluindo as abordagens i) realista, ii) realista neoclássica, iii) liberal e iv) construtivista.

A abordagem realista, define a política externa como uma política que privilegia a segurança e defesa diante das ameaças externas, enfatizando os interesses e as políticas de segurança que esse país adota num sistema internacional que permanece anárquico. Desta maneira, como não existe uma ordem global, o poder reside nos Estados que moldam sua política externa baseando-se no seu interesse nacional (Mendes, 2015).

Já a abordagem do realismo neoclássico mostra que é o poder material que define o posicionamento do país em relação à política externa, mas que esta pode ser altamente influenciada também pelos líderes e as elites que compõem o Estado. Desta maneira é

visível como os constrangimentos internos, para além do sistema internacional, determinam a política externa (Paulino, 2022, pp.12-13).

Para além do poder material, a ideologia e o nacionalismo também influenciam a política externa, pois criam uma união mais consistente entre as pessoas, como meio de sobrevivência. Essa intervenção se manifesta por meio do sistema hierárquico instituído no Estado e é conduzida pela representação do poder executivo. O poder executivo, por sua vez, possui informações específicas que podem moldar a vontade da nação. No entanto, para isso necessita de criar intermédios com os atores nacionais, como por exemplo os partidos políticos, para conseguirem meios e o apoio dos mesmos para tornarem as políticas efetivas. Desta maneira, o Estado se torna dependente de alguma maneira da sociedade o que faz com que a opinião pública não seja ignorada (Paulino, 2022, pp.13-14).

Os realistas neoclássicos também consideram o sistema internacional como uma influência para a política externa e destacam a existência de uma articulação e interação entre o âmbito internacional e doméstico. Seguindo esta lógica, os líderes políticos podem utilizar motivações internas para tomarem decisões no âmbito internacional, ou ao contrário, tomarem decisões nacionais com justificativas internacionais. Em virtude disso, o Estado torna-se um intermediário entre as ações externas e os temas que surgem no sistema internacional, mostrando-se mais forte no âmbito interno quando a sociedade está preocupada com as questões nacionais e com mais poder na esfera internacional quando existe uma apreensão da população a respeito da segurança do país (Paulino, 2022, pp.14-15).

A relação entre a política interna e a externa também é evidenciada na teoria do jogo dos dois níveis de Robert Putnam (1988). Esta teoria sugere que a negociação internacional ocorra em um equilíbrio constante entre o nível nacional e o internacional. No âmbito interno os grupos domésticos tentam influenciar as decisões políticas do governo a seu favor e para isso formam coalizões. Já no contexto internacional o governo tenta potencializar as suas competências de negociação para responder às pressões internas, mesmo que as consequências que serão geradas em sua política externa sejam minimizadas. Como consequência desta interação constante temos a interdependência entre as esferas que busca sempre equilibrar a racionalidade e a política. Desta maneira, para que uma negociação internacional seja bem-sucedida as negociações domésticas

precisam estar coerentes e uniformes envolvendo os partidos políticos ou a opinião pública (Paulino, 2022, pp.16-17).

Outro autor que complementa esta teoria da interseção das políticas domésticas e internacionais é James Rosenau (1967). Para ele existe uma variação de motivos, atores e tipos de interações de acordo com as diferentes questões internas da política. Essas diferenças acabam por refletirem nos sistemas políticos de diferentes países. Rosenau indica também que quando um tema singular se torna alvo de debate, os atores consequentemente irão moldar os seus comportamentos de acordo com os valores e interesses deste tema. Porém, a política externa não atrai interesse nos setores nacionais constantemente, salvo quando há controvérsias que se estendem para fora do âmbito governamental, como por exemplo questões de defesa ou problemas econômicos que afetam diretamente (Paulino, 2022, p. 18).

O internacionalismo liberal, por sua vez, é tributário de Woodrow Wilson, um dos antigos presidentes dos EUA. Wilson, seguindo uma linha Kantiana, considerava a estrutura antidemocrática da política internacional como a justificação da instabilidade e das convergências no âmbito da política externa e na tentativa de equilibrar o poder. Sendo assim, as intenções dessa abordagem traduzem-se na expansão da democracia e do comércio livre e na promoção dos direitos humanos para manter a paz e estabilidade. Assume-se também que dentro da sociedade por mais que os diversos grupos possuem interesses diferentes, esses interesses podem ser alinhados de maneira pacífica, denominando assim os Estados como ator principal desta ação (Dornan, 2011).

A última abordagem referida neste capítulo é a construtivista. A mesma só teve seu destaque com o fim da Guerra Fria, pois antes as abordagens que imperavam eram o realismo e o liberalismo. Alexander Wendt (1999) foi um dos autores que mais ganhou destaque dentro dos diferentes segmentos do construtivismo. Para Wendt, a base das relações internacionais é formada não só pelas forças materiais, como nas outras abordagens, mas também por ideias compartilhadas. O autor também afirma que essas ideais formam as identidades dos atores internacionais e por consequência define seus interesses e que ambas podem mudar ao longo do tempo. Wendt defende que a natureza da anarquia internacional não é sólida como afirmam os realistas e que a mesma pode ser configurada pelas ideias compartilhadas e pelo relacionamento gerado pelos Estados. Desta maneira, a anarquia pode apresentar-se como um espaço de competição ou como

um espaço de cooperação, variando de acordo com a maneira como os Estados se relacionam (Mengshu, 2020).

Após análise das diferentes teorias, ficou perceptível que a política externa é um conceito em constante evolução que pode ser influenciada tanto por forças externas quanto por pressões internas de cada país. A abordagem realista tem o seu foco na segurança e defesa e considera o interesse nacional como influência principal das ações externas. Posteriormente a abordagem realista neoclássica complementa que as dinâmicas domésticas, como as elites, também podem conduzir as ações internacionais. O liberalismo, em contrapartida, acredita que a cooperação entre os Estados e as instituições internacionais desempenham um papel importante na construção da política externa. Já a perspectiva construtivista defende que as relações entre países são guiadas pelas identidades e convicções divididas entre os atores.

1.2. Populismo

O conceito "Populismo" tem sido objeto de discussão e abordado por teóricos devido à sua crescente saliência política (e.g. Mudde, 2004; Moffitt, 2017; Ostiguy, 2017). Nos últimos anos tem-se observado o crescimento de movimentos sociais e partidos políticos liderados por figuras populistas em diversas partes do mundo, como Donald Trump nos EUA, Jair Bolsonaro no Brasil, Viktor Orban da Hungria, Rodrigo Duterte nas Filipinas e Recep Tayyip Erdoğan na Turquia. Atualmente no poder temos como figuras populistas o Primeiro-Ministro Narendra Modi na Índia e o recente Presidente eleito do Senegal, Bassirou Diomaye Faye. Este fenômeno impacta diretamente e molda as dinâmicas políticas dos países. Consequentemente irei abordar nesta seção as diferentes definições de populismo para uma melhor compreensão de sua influência.

Cas Mudde (2004), um cientista político holandês, considera o Populismo como uma ideologia sem muita complexidade que tem na sua base dois fundamentos e alia-se às ideologias mais densas como o socialismo ou o etnonacionalismo. O primeiro deles é o antielitismo, onde os populistas retratam as elites como sendo sempre corruptas e egoístas e utilizam o poder para satisfazerem seus interesses ignorando os interesses da maioria. O outro elemento é a centralidade do povo, que se traduz na ideia criada de um "povo verdadeiro" que compartilha os mesmos interesses e vontades. Como consequência

dessa ideia surge o anti pluralismo, pois esses líderes afirmam que apenas eles têm o poder legítimo para defender esse povo e acabam por sempre criticar seus oponentes políticos. Os populistas relacionam esses dois elementos, definindo como "bem" o que corresponde aos interesses desse "povo autêntico" e como mal os interesses de uma elite que consideram corrupta. Tudo isso dificulta a constituição de responsabilidades políticas.

Quando olhamos para o populismo seguindo a lógica discursiva conseguimos definir o mesmo como uma articulação política ao invés de um conjunto de ideias. Essa articulação baseia-se na conexão entre as demandas sociais que são ignoradas e a divisão dos que têm poder e os desfavorecidos. Desta maneira, os líderes populistas criam seu discurso político de maneira dinâmica fundamentado em o povo contra os poderosos (Destradi, Cadier & Plagemann, 2021, pp.667-668).

Alguns autores, como Benjamin Moffitt (2017) e Pierre Ostiguy (2017), definem o conceito de populismo como um estilo político. Esta abordagem alternativa demonstra o populismo como um conjunto de comportamentos e performances que são utilizados pelos líderes políticos com a intenção de conectar-se com o povo e exercer o poder. A população como alvo das ações ao mesmo tempo do que protagonistas das políticas, o uso de uma retórica política direta em sua forma mais incisiva e a representação de crises e ameaças são apontadas como elementos caracterizantes desse estilo por Moffitt. Seguindo essa lógica, os líderes populistas tendem a valorizar e promover uma abordagem mais informal e direta no que diz respeito à cultura política, se opondo a formalidades e a institucionalização. Enfatizam também as diferenças socioculturais e utilizam gestos e símbolos como forma de vínculo pessoal e emocional com o público. Assim sendo, essa perspectiva abrange qualquer tipo de orientação política (Destradi, Cadier & Plagemann, 2021, p. 668).

Outra maneira de visualizar o populismo é como uma estratégia política, o que acaba por retratar o conceito como um meio de atingir objetivos políticos específicos e não propriamente uma ideologia. Neste ângulo o populismo assume como definição um conjunto de mecanismos e ferramentas utilizadas pelos atores políticos para obterem e manterem o poder. Os autores Weyland (2001) e Barr (2009), referem que essas estratégias buscam um apoio político direto e personalizado que muitas vezes são

oriundos de seguidores não organizados ao invés de instituições estabelecidas (citado por Destradi, Cadier & Plagemann, 2021, p. 669).

Existe também uma teoria, elaborada por Laclau (2005), que relaciona o populismo com a democracia. Para ele, o populismo é um processo de construção própria e livre dos cidadãos em um sujeito coletivo que resiste às elites e vai contra a hegemonia em busca do poder. Refere que o populismo é a democracia na sua melhor versão pelo facto de a vontade popular ser construída por meio da mobilização e permissão da sociedade e que é a política no seu melhor, pois tem como base única a persuasão e discursos estratégicos. Sendo assim, a lógica populista é uma busca pelo poder daqueles que são desfavorecidos pelas elites, não se limitando apenas a uma crítica ao modo que a minoria governa. O propósito desta ideologia para além do poder no âmbito social e político é eliminar as elites para conseguirem redefinirem a ordem política e social, utilizando assim o Estado para combater seus opositores. Nesta vertente, o populismo assume a forma radical da democracia que contrasta com a democracia liberal democrática que privilegia as elites e deixa em segundo plano a participação popular (Urbinati, 2019, pp. 117-118).

As diversas teorias apresentadas revelam que o fenômeno populismo pode ser interpretado de diversas formas, não tendo apenas uma definição associada e podendo variar de acordo com o cenário político, social e histórico. O populismo pode ser visto como uma ideologia que centraliza o povo e é contra a elite, como uma articulação política, como um estilo político ou até mesmo como uma estratégia política.

1.3. Política Externa e Populismo

Depois de apresentar as definições de Política Externa e de Populismo, nesta seção irei explorar a relação entre eles, apresentando as implicações do fenômeno populista nas deliberações políticas no âmbito internacional.

Uma das influências do populismo na política internacional pode ser explicada com a teoria da politização política.

O autor Michael Zürn (2019) define a politização como a transformação de questões não políticas em questões que fazem parte da esfera política. Dentro do âmbito internacional a politização revela a conexão entre política interna e a política externa por

meio de três situações. A primeira delas é quando as pessoas estão mais cientes daquela política externa específica. A segunda situação é se essa política é utilizada para uma mobilização de apoio político, pois a partir do momento que ela é mais conhecida pela população mais atrativa se torna para os políticos. A última é se esses políticos estão utilizando a mesma para se manifestarem contra os seus oponentes. A mobilização acontece de acordo com os interesses da população que se diversificam entre as relações bilaterais e outras áreas específicas da política externa. No entanto, a importância dessa mobilização não é suficiente, pois deve compreender também as diferenças consideradas relevantes entre os distintos grupos políticos (Destradi, Plagemann & Taş, 2022, pp.477-478).

A diferenciação entre a politização da política externa populista e a não populista é pouco abordada e teorizada. Porém, Chryssogelos (2018) demonstra a distinção entre a politização nacionalista e a social tendo como base a crise da zona euro e a política externa grega. A forma considerada populista é a politização social, que pode ser caracterizada como uma abordagem radical e muitas vezes incerta, pois descredibiliza a legalidade das elites estatais e a sua própria adesão à União Europeia (UE). Também tem como base a oposição às elites estrangeiras e a ideia do povo puro, o que fundamenta os questionamentos referentes às ações diante dos temas internacionais. Já a politização nacionalista é a forma não populista e tem uma abordagem mais convencional no que diz respeito a oposição das políticas mais especificas da UE. Essa vertente demonstra como a política internacional se torna cada vez mais relevante na sociedade atual, com o aumento do envolvimento de grupos de interesse domésticos em questões do âmbito internacional (Destradi, Plagemann & Taş, 2022 p.478).

A politização populista da política externa pode suceder de diversas formas, é esperado que quanto mais intenso for o discurso populista mais intenso seja a politização. Por exemplo, líderes populistas podem mobilizar a população relacionando fundamentos externos de ameaça com as elites internas. É notório também a personificação e centralização do poder decisório da política externa como incentivo para essa politização. Com a centralização os líderes têm suas ideias radicais beneficiadas enquanto os especialistas são cada vez mais excluídos. Já na personalização, as responsabilidades das políticas são direcionadas aos líderes e pode ocorrer um aumento da conscientização popular que pode ter como consequência a mobilização. Outro caso visível da politização populista da política externa é que muitas vezes as questões que são apontadas pelos

populistas como problemas do país só podem ser solucionadas no âmbito da política internacional, situações como imigração sem controle e influência de organizações multilaterais são exemplos desses problemas (Destradi, Plagemann & Taş, 2022 pp. 479-480).

Em adição a esta teoria, Destradi e Plagemann (2020, pp. 111-118) apontam como consequências do fenômeno populista na política externa o conteúdo em si e o processo de formulação das mesmas. Em relação ao conteúdo da política externa os autores afirmam que geralmente os populistas costumam seguir a tendencia da multipolaridade global, de maneira que diversificam as suas parcerias internacionais e procuram reduzir a centralização das alianças ocidentais, dinâmica essa já existente, mas intensificada pelos líderes populistas. Um exemplo desta prática é o fortalecimento das relações Sul-Sul e o crescente comércio entre os países em desenvolvimento. Já no que diz respeito ao processo de formulação de políticas, eles afirmam que a tomada de decisões dos populistas são personalizadas e centralizadas neles ou em grupos mais restritos e influenciados por eles, o que por consequência marginaliza as instituições como os ministérios de relações exteriores enfraquecendo assim a função dos diplomatas e as estruturas formais da política externa.

Sendo assim, podemos considerar que o populismo influencia diretamente o comportamento de um país no âmbito internacional, seja pelo seu discurso, pela mobilização da população ou pela formulação das suas políticas externas.

1.4. Soft Power e Hard Power

As dinâmicas da política externa também podem ser entendidas por meio da perspectiva do poder. Os conceitos *Soft Power* e *Hard Power* são frequentemente utilizados dentro das relações internacionais, sendo os mesmos visto como uma ferramenta utilizada pelos atores da política externa.

Joseph Nye (2011), um dos pioneiros a definir esses conceitos, define *Soft Power* como a habilidade de conseguir o que se quer por meio da atração e persuasão tendo como base os valores culturais e nacionais, os ideais políticos e uma legitimidade internacional. Nessa abordagem não se utiliza a coerção, ameaças ou chantagens monetárias. Por ter essas características os resultados podem não surgirem de imediato. Do lado oposto está o *Hard Power*. Nye descreve-o como a utilização da força militar, coerção, ameaças, sanções econômicas para obter sucesso no que se deseja. Tem efeito rápido, mas apenas

em contextos militares, por exemplo. No entanto, em temas com mais complexidade em um ambiente de interdependência global ele sugere que seja feita a combinação dos dois poderes de forma que a atração complemente a coerção, chamando de *Smart Power* (pp.18-21).

No seguimento da definição dos conceitos de *Soft Power* e *Hard Power*, Moura e Santos (2023, pp. 83-88) adicionam em sua análise as teorias tradicionais das Relações Internacionais. Para eles o *Hard Power* é o instrumento de execução da teoria Realista, pelo facto de ambos enxergarem na força militar e econômica a solução para alcançar os seus objetivos e preservar a integridade do país, mesmo que isso faça o mesmo desprezar outros atores políticos tornando o Estado o único ator possível. Já o *Soft Power* está relacionado diretamente com o Liberalismo, de maneira que ambos priorizam a cooperação internacional e o bem-estar dos seres humanos deixando de lado abordagem de coerção ou violência para atingir seu objetivo. Outro ponto em comum é o reconhecimento da influência de outros atores para além do Estado no Sistema Internacional, como as Organizações Internacionais e as Organizações Não Governamentais, evidenciando a necessidade da interdependência econômica e social.

Diante do exposto, ficou evidente que essas estratégias de poder atuam e influenciam de formas distintas o ambiente externo, estando elas alinhadas as teorias como o Realismo e Liberalismo. O *Soft Power* utilizando os valores e ideais para atingir seus objetivos, mostra que não é necessário a utilização da força física. Já o *Hard Power* ao utilizar a coerção e a aplicação de sanções econômicas deixa evidente o alcance imediato dos seus objetivos, no entanto se torna limitado no que diz respeito ao cenário que vai ser aplicado. Foi perceptível também que para uma melhor resolução dos conflitos atuais é necessário a integração desses poderes, chamado *Smart Power,* devido à complexidade dos mesmos.

2. CASO DE ESTUDO: POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL E EUA

Este capítulo retrata as narrativas e a política externa do Brasil e dos Estado Unidos, com o enfoque nos governos de Jair Bolsonaro e Donald Trump. Também demonstra a relevância da análise da política externa destes dois países.

2.1. Brasil

2.1.1. Política Externa do Brasil

O contexto histórico, político e econômico do Brasil sempre influenciou e moldou sua política externa. Desde 1736 o país desenvolve sua diplomacia e coordena a execução da política externa por meio do Ministério dos Negócios Estrangeiros mais conhecido como Itamaraty.

Durante o período colonial, o Brasil direcionou sua política externa na maior parte das vezes para a Europa, dando continuação as longas relações diplomáticas com as cortes europeias. Em paralelo, os laços regionais estavam estremecidos devido a existência de muitos conflitos armados e tensões territoriais, o que trouxe a necessidade de o Brasil voltar a sua atenção para problemas que envolvem as fronteiras e a navegação fluvial. Desta maneira, o país teve que equilibrar a sua política externa entre a Europa e os países da América do Sul (Miranda, 2020, pp.372-380).

Depois que proclamou a República em 1889, o Brasil tinha como objetivo se consolidar no âmbito internacional, desta maneira deu início a sua tentativa de se aproximar dos Estados Unidos com a intenção de fortalecer seus vínculos, pois via o mesmo como um parceiro estratégico (Pereira, 2005, pp. 4-5).

No período que compreende 1902 e 1912 o Itamaraty manteve o foco na consolidação da política externa brasileira, tendo sido liderado pelo Barão do Rio Branco, que se tornou uma figura muito importante para a diplomacia do país. Nesses anos o Brasil experienciou a diplomacia focada na vertente realista, ou seja, buscava expandir seu poder nacional por meio da propagação da sua força militar no seu continente. Também houve uma relação mais profunda com os EUA que teve como consequência a integração do Brasil em fóruns internacionais de grande importância. A política externa brasileira manteve sua importância mesmo depois do término da presidência do Barão. Contudo, com o início da ditadura militar essa política externa começou a enfraquecer. O país se fechou para o exterior e desviou o seu interesse da projeção internacional para o

desenvolvimento econômico nacional e o controle interno. Por consequência o Itamaraty encarregou-se das responsabilidades internacionais ficando com uma maior autonomia em suas decisões (Paulino, 2022, pp. 8-10).

Com a democracia instaurada no país, a abordagem externa mudou. Durante as presidências de José Sarney, Fernando Collor de Mello e Itamar Franco a política externa assumiu um caráter mais liberal, mas o Itamaraty continuou tendo sua autonomia. Como exemplo dessa característica mais liberal o Brasil em 1945 integra a comunidade internacional com o apoio à criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Mais tarde em 1991 como era um dos únicos países da América do Sul a estar em uma democracia nesse período, o Brasil assume a posição de líder da região e juntamente com a Argentina, Paraguai e Uruguai assinam um acordo para a criação de um mercado comum entre eles, chamado "Tratado de Assunção" (Paulino, 2022, p.8-11).

Quando Fernando Henrique Cardoso (FHC) assumiu a presidência em 1995, implementou conselhos consultivos no Itamaraty, pois acreditava que a autonomia do mesmo limitava a capacidade do Brasil de alcançar suas ambições internacionais. Desta maneira, o Itamaraty começa a envolver novos atores como as Organizações não governamentais (ONG), a opinião pública, o setor privado e as influências do presidencialismo nas suas ações. Fernando influenciou significativamente as negociações internacionais como as do Mercosul, da Área de livre Comércio das Américas (ALCA), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a defesa pela reforma da Carta das Nações Unidas (Paulino, 2022, pp. 8-10).

FHC utilizava a abordagem neoliberal para a formulação das suas políticas externas. Nesta perspectiva, abriu o mercado brasileiro e como consequência a indústria se modernizou e houve um crescimento da competitividade. Também diminuiu a esfera de atuação do Estado, fazendo com que a sociedade participasse mais do seu desenvolvimento econômico. Em contrapartida, as consequências negativas dessa abordagem foram o desequilíbrio causada pela abertura do mercado de consumo interno, dívidas internacionais, escassez do mercado e a diminuição da influência do Brasil no sistema internacional por conta da preferência do fortalecimento dos laços com os países desenvolvidos ao invés dos emergentes. No entanto, no seu segundo mandato Cardoso iniciou a busca por outra estratégia para posicionar o país no cenário internacional, pois já não acreditava que o globalismo que estava instaurado iria ser favorável (Cervo & Bueno, 2002, pp.525-527).

Com essas ações foi aprofundado e incorporado na política externa o conceito da diplomacia presidencial. De uma maneira simplista pode se considerar a diplomacia presidencial como a influência dos presidentes na gestão da diplomacia e da política externa de um país. Esta maneira de conduzir a diplomacia abre espaço para uma pluralização de atores na elaboração da política (Paulino, 2022, p.10).

Posteriormente, Lula da Silva tem uma abordagem mais ativa e assertiva no que diz respeito à diplomacia presidencial. Lula utilizou a política externa de forma mais personalizada, com frequentes viagens a países com os quais o Brasil tinha relações bilaterais, e uma reorientação para o chamado "Sul Global". Em virtude disso o país assumiu uma posição de busca de benefícios tanto regionais quanto internacionais, mas também tornou as negociações externas mais personalistas, refletindo a postura política do presidente e de seu partido (Paulino, 2022, p.10).

O Governo de Lula em seu início adere uma estratégia de interdependência global, onde se situava como mediador dos interesses nacionais entre produtores e consumidores, trabalhadores e empresários. O Brasil junto de outros países do Sul começou a defender a mudança da globalização da altura para uma mais democrática, pois os países considerados de primeiro mundo eram os responsáveis por ditar as regras que todos os outros países deveriam seguir. Como resultado, Lula buscou coalizões com esses países, como um dos exemplos, criaram o G20 comercial que reunia 20 países em desenvolvimento com a intenção de aumentar a participação dos mesmos nas decisões globais. De uma forma mais generalizada, a política externa de seu governo seguiu alguns valores que já eram explorados em governos anteriores, como a inclinação para o setor industrial e o equilíbrio entre o Estado e a sociedade e procurou se manter ativo e expandir as negociações multilaterais do país (Cervo & Bueno, 2002, pp.526-528).

Com o fim do mandato de Lula, quem assume a presidência é Dilma Rousseff em 2011. O período de governo de Rousseff representa um declínio no que diz respeito a política externa brasileira e um dos motivos se dá por a não formulação de uma estratégia nova. Dilma continuou a fórmula aplicada no governo anterior, mas não a adaptou aos desafios que surgiram em seu governo, tornando-se ineficiente. Seu governo deixou de lado o equilíbrio entre o Estado e a sociedade, distanciando-se do setor privado e assim a inovação e a competitividade no comércio exterior não foram fomentadas. Isso contribuiu para que o Brasil perdesse o seu lugar na economia global, pois ao dar prioridade ao

retrocesso ao setor primário o país não tinha força suficiente para participar de negociações de acordos importantes (Cervo & Lessa, 2014, pp. 134-149).

Em 2016, devido à crise econômica e política que estava instaurada no país, Dilma Rousseff sofreu um processo de *impeachment* e foi destituída da presidência. Com sua saída quem assumiu a presidência foi seu vice-presidente Michel Temer. A retórica escolhida foi a de transformação da política e economia do país. Temer começou por modificar a prática de nomear diplomatas para o cargo de Ministro das Relações Exteriores preferindo indicar políticos para a função. A política externa de Michel Temer teve seu foco na economia internacional, com o objetivo de atrair investimentos e mais negócios para o país. Com isso as relações priorizadas foram as bilaterais ao invés das multilaterais, enfraquecendo a presença do Brasil em organizações como a ONU e OMC, por exemplo. O seu governo esteve mais engajado em solucionar os problemas nacionais do que investir em uma estratégia mais dinâmica para consolidar e expandir a sua posição na esfera internacional (Oliveira, 2018, pp. 300-306).

O período seguinte ao de Michel Temer foi o governo de Jair Bolsonaro que será analisado com ênfase no subcapitulo a seguir. Sendo assim, ao analisar a política externa do Brasil desde o período colonial até o governo Temer, é possível identificar que a mesma está em constante mudança e adaptação as condições em que ela está inserida, tentando sempre harmonizar os desafios internos com a agenda internacional.

2.1.2. Política Externa de Bolsonaro

Em 2018 o cenário político do Brasil foi marcado por outra crise. Os casos de corrupção ligados à esquerda e o *impeachment* que ocorreu em 2016 fragilizaram o governo, gerando assim um descontentamento da população brasileira diante dos políticos que estavam no poder. O país ficou totalmente polarizado politicamente, apresentando em seu espectro político apenas a direita populista e a esquerda progressista.

Nesse contexto de instabilidade, Jair Bolsonaro, Deputado Federal e ex-militar, ganha visibilidade devido à sua postura conservadora e antissistêmica (Prior, 2023). Apesar de existir uma certa agressividade em seus discursos, Bolsonaro apresentava uma linguagem informal e isso o aproximava mais das pessoas que se viam distantes da política por falta de compreensão do que era apresentado a elas (Carvalho & Paiva, 2022). A fórmula populista também foi uma característica presente em todo o seu discurso.

Bolsonaro também integrava no seu discurso elementos relacionados a religião e a família tradicional, numa abordagem que fomentava a homofobia e o machismo. Outro instrumento discursivo recorrente para Bolsonaro era a afirmação de que o comunismo era um perigo iminente para a sociedade e que deveria ser combatido, fazendo a conexão da ideologia com a esquerda progressista. O globalismo e a mídia tradicional também foram caracterizadas como inimigos do desenvolvimento da nação brasileira. Um meio de comunicação muito utilizado na sua campanha eleitoral foram as redes sociais, o que acabou por dar origem a propagação de muitas informações falsas, as *fakes news* (Hoffmann, 2022).

No início do seu mandato, Bolsonaro nomeia Ernesto Araújo como ministro das Relações Exteriores. Araujo, apesar de ser um diplomata de carreira, não tinha muita experiência como embaixador, o que indica que a escolha se deu mais por motivos ideológicos do que competência. Desta maneira a orientação da política externa do governo de Jair focou-se no anti-globalismo, pois acreditavam que o globalismo distanciava as pessoas dos seus valores. Em consequência disso o multilateralismo foi fortemente criticado, tendo instituições como a ONU, o Acordo de Paris e o Pacto Global para Migração sido alvos dessa abordagem (Cardoso, 2021, pp. 32-33).

Outra característica da política externa bolsonarista é o alinhamento com os EUA de Donald Trump. Um dos exemplos dessa relação foi a troca do status de tratamento diferenciado na OMC do Brasil pelo acesso preferencial ao mercado militar dos Estados Unidos. Essa ligação também influenciou outras questões como a relação do Brasil com a China. Apesar de Bolsonaro manter a relação econômica com o país asiático, a parte política foi afetada pela retórica anti-globalista e interesses comerciais dos EUA. A pandemia de Covid-19 também foi um elemento que reforçou essa tensão política entre os dois países, sendo a China várias vezes acusada pela disseminação do vírus por diversos membros do governo. A relação do Brasil com os BRICS também foi afetada, pois grande parte dos países membros não estavam confortáveis em discutir assuntos críticos como a segurança, sabendo da possibilidade de isso ser partilhado com os norte-americanos (Cardoso, 2021, pp. 32-33).

Segundo Hirst e Maciel (2022) é possível verificar três pontos fundamentais na base da política externa do governo de Bolsonaro: o núcleo político ideológico, a política

econômica liberal conservadora e a segurança e defesa. Esses três elementos acabam por incidir nos âmbitos domésticos, regionais e internacionais.

O núcleo político ideológico demonstra que as medidas tomadas nesse período resultaram na exclusão e desvio dos princípios que orientavam a diplomacia brasileira anteriormente. Essa ideologia se traduziu em valores conservadores, oposição ao comunismo, postura anti-globalista e uma agenda moral e religiosa conectada com a direita radical internacional, o que contribuiu para a consolidação da sua relação com o governo de Trump nos Estados Unidos (Hirst & Maciel, 2022, pp. 6-7).

O outro ponto que foi verificado é a economia liberal-conservadora que foi adotada nesse período. Para conseguir retratar o novo governo no cenário internacional, foram traçadas reformas internas, mais especificamente no âmbito das tributações que estão conectadas com um processo gradual de desestatização econômica. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estabeleceu um cronograma que deixou perceptível mais uma quebra de ciclo nas ações diplomáticas econômicas, pois afastou-se totalmente da autonomia e do desenvolvimento que antes era priorizado. Foi evidente que a estratégia adotada não teve o resultado esperado, como por exemplo o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que foi prometido no primeiro ano de governo pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, era por volta dos 3,5% e foi registrado apenas 1% de crescimento (Hirst & Maciel, 2022).

O terceiro elemento é composto pelas políticas de segurança e defesa. Sua importância se dá pelo fato de que houve uma presença significativa de militares no poder executivo, como a ocupação de cargos de Vice-Presidente, líderes de ministérios e do segundo escalão do governo. Nessa vertente o país apresentou um afastamento das missões de paz da ONU e um aumento das operações domésticas evidenciando o isolamento internacional no âmbito da governança global e o desprezo pelas relações multilaterais (Hirst & Maciel, 2022).

A política externa ambiental também foi uma área que sofreu muitas alterações. O governo de Bolsonaro priorizou a expansão do agronegócio ao invés da sustentabilidade e isso impactou a relação do país com os compromissos globais para essa causa. Apesar da crítica ao Acordo de Paris, o Brasil manteve-se no acordo, mas não seguiu os objetivos do mesmo, afetando a credibilidade de Bolsonaro frente a líderes europeus. As ações como a promoção do desmatamento e a violação dos direitos

indígenas, suscitou em conflitos com países como a Alemanha e Noruega, que acabaram por suspender suas doações ao Fundo Amazônia (Casarões & Flemes, 2019, pp. 6-9).

Em síntese, a política externa brasileira durante o mandato de Jair Bolsonaro adotou outra direção, optando por uma abordagem mais ligada a ideologia e relações bilaterais. Esse caminho levou o Brasil a ser excluído muitas vezes do cenário internacional e perder a força para negociações, devido a fatores como a quebra de confiança de alguns países europeus e todo o descaso com o meio ambiente e os direitos humanos.

2.2. Estados Unidos da América

2.2.1. Política Externa dos EUA

Os Estados Unidos têm uma extensa trajetória na esfera da política externa. Considerado como uma superpotência, o país construiu essa imagem através de estratégias que variaram conforme o contexto histórico, político e social.

Entre os séculos XVIII e XX a política externa americana foi marcada pela tensão entre duas perspectivas: a isolacionista e intervencionista. Enquanto o isolacionismo procura não intervir em temas internacionais que não sejam considerados ameaças ou determinantes para o interesse nacional, o intervencionismo defende uma política externa voltada para a intervenção, utilizando meios coercivos, como sanções econômicas ou força militar para conquistar seus interesses. Desta maneira, existem 4 grupos políticos que assumem essas diferentes abordagens (Lima Filho, 2023, pp. 37-38).

Os primeiros são os chamados “hamiltonianos” que se posicionam como intervencionistas e defendem que a formulação da política externa deve ter como suporte a democracia e os direitos humanos. Acreditam que a base do governo nacional deve ser resistente e para isso o exército deve projetar os interesses do âmbito econômico no âmbito internacional. A segunda visão é dos chamados “jeffersonianos”, que é o oposto da primeira. Para este grupo o isolacionismo é a melhor política que se pode aplicar no país. Os “wilsonianos” já possuem uma abordagem mais voltada para o multilateralismo. Se baseiam em princípios como a promoção da paz e da cooperação internacional. O último grupo é conhecido como os “jacksonianos” e podem ser considerados como o grupo mais pragmático que têm o foco na segurança nacional e no protecionismo (Lima Filho, 2023, pp. 37-38).

Durante a Guerra Fria a política externa americana teve como um dos seus principais interesses conter a expansão da União Soviética por meio da disseminação do liberalismo político e econômico e a defesa contra a ameaça comunista. Os Estados Unidos da América consolidaram sua posição política, econômica, militar e diplomática com o fim da Segunda Guerra Mundial e assim conseguiram liderar a construção de uma ordem cooperativa promovendo os interesses nacionais. Como exemplo temos a construção da Organização das Nações Unidas e o patrocínio de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Desta forma, a segurança do país dependia fortemente da estabilidade do ambiente internacional (Lima Filho, 2023, p. 39).

Os EUA tiveram que mudar o foco de sua política externa com o fim da Guerra Fria. A nova ordem mundial agora apresentava outras características como a disseminação do capitalismo e enfraquecimento do socialismo. O país começou a liderar o sistema internacional, junto de outras potências influentes, tornando o sistema uni multipolar. A relação com o continente europeu também apresentou mudanças. Com objetivo de ter mais aliados e de manter afastado o comunismo, os Estados Unidos aprofundaram os laços com os países europeus (Lima Filho, 2023, pp. 45-46).

A política internacional americana no período pós-Guerra Fria, liderada por Bill Clinton, focou-se na continuação da sua expansão global, principalmente nos países que foram impactados pela guerra promovendo os valores do internacionalismo liberal, como por exemplo a democracia e os direitos humanos. No entanto, para manter a estabilidade desses países, o governo americano utilizou diversas vezes o *hard power*, evidenciando a perspectiva intervencionista. O multilateralismo também foi valorizado, com os EUA fortalecendo sua relação econômica com outros países e resultando na criação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) (Lima Filho, 2023, pp. 48-51).

Outro período marcado por mudanças na esfera internacional do estado americano foi a administração de George W. Bush, entre 2001 e 2009. Com os ataques de 11 de setembro de 2001, a segurança nacional se tornou um tema crucial. Bush seguindo uma política neoconservadora, lançou uma campanha militar que ficou conhecida como "Doutrina Bush", popularmente chamada de "Guerra ao Terror". A Doutrina defendia que os EUA eram os principais responsáveis da manutenção da paz global e que isso justificava as ações unilaterais que o país podia vir a ter. Desta maneira, para prevenir

mais ataques, o governo de Bush criou uma lista de países que poderiam representar qualquer tipo de ameaça para o sistema internacional, denominado como "Eixo do Mal". Esta lista era composta por países como Iraque, Irã e Coreia do Norte (Lima Filho, 2023, pp. 51-55).

Em 2009 quem assumiu a presidência dos Estados Unidos foi Barack Obama. A sua política externa foi pautada no multilateralismo, reforçando a necessidade das organizações internacionais, principalmente da ONU. No entanto surgiram desafios estruturais que impediram o sucesso da transição do unilateralismo do governo de Bush para uma maior cooperação internacional. Nesse contexto, Obama não se distanciou da prática intervencionista, pois seu governo continuou a realizar ataques militares a países que simbolizavam ameaças e impor restrições econômicos (Skidmore, 2012).

Após cumprir dois mandatos, Barack Obama deixa a presidência dando lugar ao seu sucessor eleito Donald Trump, que terá sua política externa analisada com mais detalhes no próximo capítulo. Portanto, sob essa perspectiva histórica da política externa americana ficou visível que o país se consolidou como uma superpotência após ter sido o principal responsável pela construção e manutenção do sistema internacional no período pós-guerras.

2.2.2. Política Externa de Trump

Em 2017, Donald Trump sobe ao poder da presidência dos Estados Unidos, deixando evidente a rejeição das práticas políticas tradicionais por parte da população e a divisão política e social do país.

Podemos considerar o nacionalismo uma das principais características do governo de Trump. Este movimento é caracterizado pela promoção dos interesses da nação e a preservação da sua soberania nacional. Também procura utilizar elementos como a cultura, política e religião para unificar a identidade nacional. Durante sua campanha eleitoral Trump utilizou os *slogans* "*Make America Great Again*" e "*America First*", deixando evidente sua visão anti-globalista (Vasconcelos Junior, 2023, pp. 23).

Uma das primeiras linhas que vão definir a política externa de Trump quando chega ao poder é o aprofundamento de um conflito comercial e de tensões políticas com a China, o que gera uma alteração significativa no sistema internacional. O governo americano aplicou tarifas em diversos itens como o aço e bens industrializados com a intenção de reduzir o déficit comercial com o país asiático. As consequências disso foram

o fortalecimento das relações comerciais da China com outros países, como por exemplo o Brasil e outros países da América Latina, a intensificação da Nova Rota da Seda chinesa e a criação de acordos de facilitação de investimentos com países europeus. As políticas chinesas também foram alvos de crítica por parte do governo americano, como por exemplo a agenda de Direitos Humanos e as políticas desfavoráveis à etnia islâmica uigures que consideram como segregacionistas (Vasconcelos Junior, 2023, pp. 32-33).

Outra área que sofreu alterações logo no início foram as políticas de imigração. Trump institui restrições aos processos imigratórios, suspendendo o programa de admissão de refugiados e a emissão de vistos para imigrantes dos países do Oriente Médio como por exemplo o Irã, a Somália e Síria (Lopes, 2019, p. 26).

Trump também decidiu que o país não iria mais fazer parte do Acordo de Paris, que tem como objetivo diminuir a emissão dos gases estufa, afirmando que o mesmo estava travando a economia dos EUA e que afetava a sua soberania (Lopes, 2019, p. 27). Ainda no âmbito do meio ambiente, foi possível verificar um retrocesso nas políticas ambientais do país, como as reversões em diversas regras relacionadas com a emissão de gases ou poluição da água. Essas ações por mais que fossem internas tiveram um impacto na dimensão externa, pois fomentou grupos anticlimáticos e suscitou o enfraquecimento da cooperação internacional pelo clima (Mendes, 2022, pp. 38-42).

A relação dos EUA com a Rússia durante o governo de Trump apresentou momentos de cooperação e momentos de confrontação, gerando assim uma instabilidade geopolítica (Vasconcelos Junior, 2023, p. 34).

A Europa também não ficou de fora das mudanças políticas. Durante as primeiras reuniões com os líderes europeus, Trump ameaçou mover as tropas americanas do território europeu alegando que a contribuição financeira das nações europeias para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) era muito baixa. Os europeus foram incluídos na guerra tarifária e isso fez com que a União Europeia buscasse novos parceiros econômicos como o Japão e o Reino Unido. Sendo assim, o acordo transatlântico entre a Europa e os Estados Unidos que foi estabelecido pós 2º Guerra Mundial ficou enfraquecido (Vasconcelos Junior, 2023, p. 34).

É perceptível o seguimento da abordagem "jacksoniana" na política externa de Trump. Um exemplo prático disto foi a dificuldade em aceitar o Artigo V da OTAN, que considera que "(*...) um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na*

América do Norte será considerado um ataque a todas, e, consequentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa (...)" (OTAN, 1949). Para Trump este princípio não protegia os interesses nacionais diretamente, portanto não era relevante. Isso representou uma ameaça à aliança transatlântica e gerou uma tensão nos países membros (Clarke & Ricketts, 2017, pp. 373-374).

O governo de Trump significou uma transformação na política externa estabelecida no período pós-guerras. Colocando os interesses do território americano em primeiro plano, a sua estratégia refletiu a preferência pelo nacionalismo ao invés do reforço das relações multilaterais. Essa abordagem impactou o sistema internacional e possibilitou sua reconfiguração ao deixar o protagonismo dos EUA enfraquecido.

3. METODOLOGIA

Sob a perspectiva metodológica, esta dissertação busca analisar e comparar dois casos que apresentam uma série de características semelhantes, como por exemplo a abordagem nacionalista adotada por Trump e Bolsonaro. A utilização do método comparativo permite elaborar definições, generalizações e teorias que podem posteriormente ser aplicadas a outros casos como o impacto do populismo na política externa. A comparação torna possível a identificação de padrões, semelhanças e diferenças que podem não estar explícitas em estudos fragmentados. No entanto, como destaca Franco (2000), esse processo deve considerar as particularidades históricas e culturais de cada contexto, evitando generalizações simplificadoras e valorizando as mediações que estruturam os fenômenos sociais.

Para responder à pergunta de partida "De que forma as políticas externas adotadas nos governos de Trump nos Estados Unidos e de Bolsonaro no Brasil se distinguem ou se assemelham no contexto do populismo e da retórica nacionalista?" e cumprir com os objetivos de investigação, nomeadamente i) verificar os pontos de convergência e divergência das políticas dos dois líderes e ii) analisar os discursos e ações de política externa no âmbito de questões como economia, meio-ambiente e relações bilaterais, realizei a análise de discurso. Essa abordagem possibilita uma melhor percepção de como a linguagem, utilizada por líderes políticos por exemplo, influencia a realidade. A vantagem de utilizar a análise de discurso nesta dissertação é que irá facilitar a compreensão das dinâmicas sociais complexas, como as políticas externas adotadas por Trump e Bolsonaro. A análise de discurso reconhece que os discursos são intencionais e interpretativos e possui características como a variabilidade, a criação de significados por meio de recursos culturais e busca os efeitos práticos e simbólicos da linguagem (Azevedo, 1998).

Os dados utilizados são compostos por discursos oficiais, documentos de política externa formulados pelos governos de Trump e Bolsonaro.

Os dados foram recolhidos através de análise documental com a revisão de documentos estratégicos, tratados e comunicados oficiais e análise de conteúdo, através da identificação de temas recorrentes e padrões discursivos em declarações oficiais.

Como já citado na revisão de literatura, Bolsonaro e Trump são líderes populistas e se posicionam contra o globalismo tendo como foco o nacionalismo (Cardoso, 2021; Vasconcelos Junior, 2023). Desta maneira, a expectativa principal desta dissertação é que a análise de discurso evidencie convergências significativas nos dois líderes no que diz respeito à retórica populista e anti-globalista, mas divergências nos contextos e abordagens específicas em função das diferenças estruturais entre os dois países.

Para testar esta expectativa, foi elaborada uma grelha de análise que irá guiar a análise dos discursos dos dois líderes no capítulo seguinte. A Tabela 1 apresenta, deste modo, os cinco critérios utilizados para a analise de discurso, assim como os indadores defenidos para cada critério e um exemplo ilustrataivo da sua aplicação

Tabela 1- Grelha de análise dos discursos de Trump e Bolsonaro

Critérios	**Indicadores**	**Exemplos de Aplicação**
Dimensão Ideológica	Nacionalismo, populismo, e anti-globalismo	Discurso "America First" de Trump e Discurso de fim à corrupção de Bolsonaro
Retórica de *Soft Power*	Apelo à cultura e valores tradicionais	Lema "Deus acima de tudo" de Bolsonaro e Discurso de Trump no Fórum Econômico Mundial em 2020
Estratégias de *Hard Power*	Uso de sanções e ameaças militares	Sanções contra Irã de Trump e sanções contra Venezuela de Bolsonaro
Posições Multilaterais	Participação ou rejeição de acordos multilaterais	Saída do Acordo de Paris de Trump e sugestão de reforma da OMC de Bolsonaro
Discursos Ambientais e Climáticos	Postura em relação ao meio ambiente e alterações climáticas	Negação de regulamentações ambientais de Trump e Bolsonaro

Fonte: elaboração própria

A escolha destes cinco critérios: i) dimensão ideológica, ii) retórica de *soft power*, iii) estratégias de *hard power*, iv) posições multilaterais e v discursos ambientais e climáticos, baseou-se, como veremos abaixo, em questões centrais das políticas externas contemporâneas.

Por um lado, a dimensão ideológica é essencial para a análise das políticas externas dos dois líderes, pois Trump e Bolsonaro apresentaram em seus respectivos governos uma posição ideológica muito expressiva, com alusões ao nacionalismos, populosmo e anti-globalização. Já a retórica de *soft power* e as estratégias de *hard power* são aspectos importantes para uma melhor percepção de como ambos os líderes

projetaram o poder na esfera internacional e como isso afetou a política externa do país, tanto no que diz respeito ao apelo cultural e de valores tradicionais como no uso de sanações e ameaçãs militares. Por outro, as posições multilaterais são relevantes para a compreensão de como as retóricas utilizadas por Trump e Bolsonaro sobre as instituições internacionais influenciaram as relações e alianças globais. Finalmente, os discursos ambientais e climáticos têm acrescida relevância no contexto internacional, pois atualmente o mundo passa por diversas crises climáticas e é necessário analisar como cada líder avalia a responsablidade do país sobre este tema e qual o discurso que apresenta.

4. ANÁLISE DE DADOS

Para uma melhor percepção das posturas adotas por Trump e Bolsonaro dentro da esfera internacional e para testar a principal expetativa desta dissertação, nesta análise de dados será explorado os discursos de ambos, utilizando os critérios definidos na grelha de análise.

Dimensão Ideológica

O primeiro critério utilizado é a dimensão ideológica. Como abordado na parte teórica, os dois líderes se apoiaram no nacionalismo e na retórica populista e anti-globalista para governar.

No seu discurso de inauguração, o ex-presidente americano várias vezes menciona a sua intenção de centralizar o poder no povo e critica as elites:

> *"(...) we are transferring power from Washington, D.C. and giving it back to you, the American People. For too long, a small group in our nation's Capital has reaped the rewards of government while the people have borne the cost (...)" (*Trump, 2017a).

Torna-se claro a sua abordagem populista com esse contraste entre o "povo puro" e as elites políticas e econômicas.

Trump demonstra também sua posição nacionalista ao referir que apesar de ter interesse em estabelecer relações amigáveis com outros países, vai priorizar as necessidades dos EUA:

> *"(...) We will seek friendship and goodwill with the nations of the world – but we do so with the understanding that it is the right of all nations to put their own interests first (...)"* (Trump, 2017a).

Desta maneira, o líder populista reforçou o seu lema criado durante campanha eleitoral: *"(...) From this moment on, it's going to be America First (...)*" *(*Trump, 2017a).

A retórica contra o globalismo é recorrente nos discursos do ex-presidente americano. Em seu primeiro discurso na Assembleia Geral da ONU, Trump manifesta o seu descontentamento com a organização afirmando que a maneira como a ONU lida com

a segurança dos países é ineficaz: *"(...) The American people hope that one day soon the United Nations can be a much more accountable and effective advocate for human dignity and freedom around the world (...)"* (Trump, 2017b). Observa-se também a sua postura anti-globalista quando afirma que as práticas globais do comércio internacional não iriam beneficiar os americanos como foi vendido em outros governos do país:

> *"(...) For too long, the American people were told that mammoth multinational trade deals, unaccountable international tribunals, and powerful global bureaucracies were the best way to promote their success. But as those promises flowed, millions of jobs vanished and thousands of factories disappeared. Others gamed the system and broke the rules. And our great middle class, once the bedrock of American prosperity, was forgotten and left behind, but they are forgotten no more and they will never be forgotten again (...)"* (Trump, 2017b).

Bolsonaro, em seu discurso de posse, menciona que irá libertar os brasileiros da corrupção e da ideologia que estava estabelecida no país, evidenciando uma retórica populista que cria a ideia de um inimigo comum a ser combatido:

> "(...) Aproveito este momento solene e convoco cada um dos Congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica (...)" (Bolsonaro, 2019a).

Logo depois, afirma que a voz da população é o caminho para o sucesso do seu governo, mostrando mais uma vez o populismo na centralização no povo:

> "(...) Estou certo de que enfrentaremos enormes desafios, mas, se tivermos a sabedoria de ouvir a voz do povo, alcançaremos êxito em nossos objetivos, e, pelo exemplo e pelo trabalho, levaremos as futuras gerações a nos seguir nesta tarefa gloriosa (...)" (Bolsonaro, 2019a).

No que diz respeito a abordagem nacionalista, conseguimos perceber que Bolsonaro no seu primeiro discurso menciona de forma breve como conduzirá a política externa brasileira, enfatizando a proteção da soberania e o desenvolvimento do país "(...) A política externa retomará o seu papel na defesa da soberania, na construção da grandeza e no fomento ao desenvolvimento do Brasil (...)" (Bolsonaro, 2019a).

No seu primeiro discurso na Assembleia Geral da ONU em 2019, Jair Bolsonaro demonstra de forma sútil o seu posicionamento anti-globalista e nacionalista, referindo que a ONU não deve ignorar a soberania dos Estados-membros para atingir um objetivo universal que é imposto sem considerar as particularidades dos países:

> "(...) Não estamos aqui para apagar nacionalidades e soberanias em nome de um "interesse global" abstrato. Esta não é a Organização do Interesse Global. É a Organização das Nações Unidas. Assim deve permanecer (...)" (Bolsonaro, 2019b).

Retórica de Soft Power

O segundo critério é a retórica de *Soft Power*. Essa dimensão de poder busca atingir seus objetivos por meio do apelo à cultura e os valores tradicionais.

Conseguimos perceber a tentativa de utilização dessa retórica em um dos primeiros discursos de Jair Bolsonaro no âmbito internacional após ser eleito, durante a abertura da sessão plenária do Fórum Econômico Mundial em 2019. Nesse discurso, afirma que o país estava em uma crise ética, moral e econômica quando foi assumido por ele e defende que a família e os valores serão protegidos e que irão incentivar a educação visando a redução da pobreza:

> "(...) Assumi o Brasil em uma profunda crise ética, moral e econômica. Temos o compromisso de mudar a nossa história (...) Vamos resgatar nossos valores e abrir nossa economia. Vamos defender a família, os verdadeiros direitos humanos; proteger o direito à vida e à propriedade privada e promover uma educação que prepare nossa juventude para os desafios da quarta revolução industrial, buscando, pelo conhecimento, reduzir a pobreza e a miséria (...)" (Bolsonaro, 2019c).

Bolsonaro terminou seu discurso com o seu lema "Deus acima de tudo" (Bolsonaro, 2019c). Apesar de fazer um apelo aos valores tradicionais brasileiros, o tom utilizado por Bolsonaro apresentou uma limitação à eficácia dessa abordagem, pois gerou ambiguidade, deixando espaço para diferentes interpretações que, em vez de incentivar a cooperação entre os países, poderiam afastá-los.

Na sua primeira visita aos EUA depois de ser eleito Bolsonaro faz uma declaração à imprensa e em seu discurso ficou perceptível o apelo feito aos valores tradicionais novamente com a seguinte fala:

> "(...) Encerro dizendo, que o Brasil e os Estados Unidos também estão emanados na garantia das liberdades no respeito à família tradicional, no temor a Deus, nosso Criador, contra ideologia de gênero, o politicamente correto e as Fake News. (...)" (Bolsonaro, 2019d).

Em relação à retórica utilizada por Donald Trump, conseguimos perceber a tentativa de utilização do *Soft Power* em seu discurso no Fórum Econômico Mundial de 2020. Trump recorreu ao crescimento econômico do país para tentar atrair parcerias benéficas aos EUA. Ele afirma que os Estado Unidos estavam em um momento de prosperidade reforçando os valores econômicos do país:

> *"(...)We've regained our stride, we discovered our spirit and reawakened the powerful machinery of American enterprise. America is thriving, America is flourishing, and yes, America is winning again like never before (...)" (*Trump, 2020a).

Afirma também que o país é um exemplo que deve ser seguido, por conta dos valores tradicionais que se baseia:

> *"(...)Today, I hold up the American model as an example to the world of a working system of free enterprise that will produce the most benefits for the most people in the 21st century and beyond. A pro-worker, pro-citizen, pro-family agenda demonstrates how a nation can thrive when its communities, its companies, its government, and its people work together for the good of the whole nation (...)"* (Trump, 2020a).

Desta maneira, recorre as táticas de persuasão enfatizando que o ambiente econômico é favorável para outros países investirem *"(...) To every business looking for a place where they are free to invest, build, thrive, innovate, and succeed, there is no better place on Earth than the United States (...)" (*Trump, 2020a).

Estratégias de Hard Power

Este critério consiste na oposição do critério anterior. As estratégias de *Hard Power* como mencionado na abordagem conceptual, consiste na utilização da força militar e aplicação de sanções econômicas para atingir os objetivos desejados.

Observamos a aplicação dessa estratégia no discurso de Trump sobre a saída dos EUA do acordo nuclear com o Irã em 2018. Donald Trump retirou os EUA do acordo,

pois afirmou que o acordo tinha falhas e que o Irã apoiava grupos terroristas e permitir que o país tivesse acesso às armas nucleares poderia ser nocivo:

> *"(...) The Iranian regime is the leading state sponsor of terror. It exports dangerous missiles, fuels conflicts across the Middle East, and supports terrorist proxies and militias such as Hezbollah, Hamas, the Taliban, and al Qaeda (...)" (*Trump, 2018).

Além de sair do acordo, Trump recorre a aplicação de sanções econômicas severas ao país como punição e ameaçou fazer o mesmo para os países que ajudassem o Irã, explicitando a utilização dos recursos de *hard power* para alcançar os objetivos nacionais:

> *"(...) I will sign a presidential memorandum to begin reinstating U.S. nuclear sanctions on the Iranian regime. We will be instituting the highest level of economic sanction. Any nation that helps Iran in its quest for nuclear weapons could also be strongly sanctioned by the United States (...)"* (Trump, 2018).

Já em relação a Jair Bolsonaro não é explicito a utilização de estratégias de *hard power*, mas podem ser identificados alguns elementos dessa abordagem no posicionamento do ex-presidente contra a crise na Venezuela em 2019. Em seu discurso na 74ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Bolsonaro critica o regime venezuelano, destaca a utilização das forças militares brasileiras para ajudar os refugiados e menciona o seu alinhamento com os EUA nas estratégias para combater o regime venezuelano:

> "(...) O Brasil também sente os impactos da ditadura venezuelana. Dos mais de 4 milhões que fugiram do país, uma parte migrou para o Brasil, fugindo da fome e da violência. Temos feito a nossa parte para ajudá-los, através da Operação Acolhida, realizada pelo Exército Brasileiro e elogiada mundialmente. Trabalhamos com outros países, entre eles os Estados Unidos, para que a democracia seja restabelecida na Venezuela, mas também nos empenhamos duramente para que outros países da América do Sul não experimentem esse nefasto regime (...)" (Bolsonaro, 2019b).

Apesar de mencionar o uso do exército brasileiro, Bolsonaro referiu que seria para fins humanitários, afastando-se da utilização da força física para atingir um objetivo político. No entanto, é perceptível a utilização do *hard power* de forma indireta, ao mencionar que o Brasil estava alinhado aos Estados Unidos para reestabelecer a

democracia na Venezuela, sugerindo a utilização de ações de coerção como pressões econômicas ou diplomáticas.

Posições Multilaterais

O penúltimo critério abordado são as posições multilaterais assumidas pelos dois líderes. O multilateralismo está relacionado com a cooperação entre vários países com a finalidade de solucionar questões do sistema internacional.

Para além das suas posições anti-globalista e nacionalista citadas no primeiro critério, Trump deixa evidente a sua posição de rejeição ao multilateralismo quando retira os EUA do Acordo de Paris em 2017. No seu discurso Trump refere que o Acordo Climático de Paris prejudicaria o país enquanto outros países se beneficiariam economicamente:

> *"(...)The Paris Climate Accord is simply the latest example of Washington entering into an agreement that disadvantages the United States to the exclusive benefit of other countries, leaving American workers — who I love — and taxpayers to absorb the cost in terms of lost jobs, lower wages, shuttered factories, and vastly diminished economic production. Thus, as of today, the United States will cease all implementation of the non-binding Paris Accord and the draconian financial and economic burdens the agreement imposes on our country (...)"* (Trump, 2017c).

Jair Bolsonaro apesar de não ter executado ações concretas como Donald Trump, que retirou o país do Acordo de Paris, criticou frequentemente instituições multilaterais. Em seu discurso na Cúpula do G20, Bolsonaro afirma que a OMC necessita de uma reforma para que o comércio internacional seja mais justo e equilibrado, mostrando o seu interesse em benefícios para o próprio país:

> "(...) A reforma da OMC, que já se fazia necessária antes da pandemia, torna-se, agora, elemento-chave para a recuperação da economia mundial (...) Adicionalmente, o processo de reforma da OMC deverá contemplar o estímulo aos investimentos e a criação de condições justas e equilibradas para o comércio internacional, não só de bens, mas também de serviços (...)" (Bolsonaro, s.d a).

Jair Bolsonaro também critica o funcionamento da instituição ao referir que defende o avanço de questões como o monitoramento e transparência "(...) O Brasil defende avanços nos três pilares da OMC: negociações; solução de controvérsias; e

monitoramento e transparência (...)". No entanto, o ex-presidente brasileiro finaliza seu discurso, afirmando que, em conjunto, os países membros irão desenvolver a economia "(...) Juntos, vamos fortalecer nossas economias e gerar mais bem-estar e prosperidade a nossas populações (...)" demonstrando que apesar de refutar o modo de funcionamento da organização, Bolsonaro não rejeita o multilateralismo, apenas adota uma posição mais seletiva priorizando a autonomia nacional (Bolsonaro, s.d a).

Discurso Ambiental e Climático

O último critério é a postura adotada pelos líderes em relação ao meio ambiente. Os discursos proferidos por ambos em relação a esta temática refletem a responsabilidade dos líderes em relação as crises climáticas que acometem a esfera global.

Bolsonaro durante a abertura da 74ª Assembleia Geral da ONU deixou evidente sua posição em relação aos problemas ambientais que o Brasil estava enfrentando em 2019, rejeitando dados científicos e afirmando que seu governo tinha o compromisso com a preservação ambiental e a sustentabilidade:

> "(...) Em primeiro lugar, meu governo tem um compromisso solene com a preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável em benefício do Brasil e do mundo. (...) Nossa Amazônia é maior que toda a Europa Ocidental e permanece praticamente intocada. Prova de que somos um dos países que mais protegem o meio ambiente (...) Contudo, os ataques sensacionalistas que sofremos por grande parte da mídia internacional devido aos focos de incêndio na Amazônia, despertaram nosso sentimento patriótico. É uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a Amazônia, a nossa floresta, é o pulmão do mundo (...)" (Bolsonaro, 2019b).

Em 2020, na 75ª Assembleia Geral da ONU, continuou a afirmar que as instituições internacionais tinham interesses financeiros e por isso se juntaram a outras associações para deteriorar a sua administração:

> "(...) Nosso agronegócio continua pujante e, acima de tudo, possuindo e respeitando a melhor legislação ambiental do planeta. Mesmo assim, somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal. A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima. Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha escorada em interesses escusos que se unem a associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, com o objetivo de prejudicar o governo e o próprio Brasil (...)" (Bolsonaro, s.d b).

Donald Trump, para além de decidir a retirada dos EUA do Acordo de Paris, conforme já mencionado no critério das posições multilaterais, também alterou algumas políticas e regulamentações ambientais. Em 2020, Trump propôs alterações na Lei Nacional de Política Ambiental (NEPA, em inglês). No seu discurso na Casa Branca, Donald Trump começa por afirmar que a regulamentação retirava empregos da população e que a alteração iria melhorar a qualidade de vida dos americanos *"Today, we're taking another historic step in our campaign to slash job-killing regulations and improve the quality of life for all of our citizens (...)"* (Trump, 2020b). Depois, afirmou que iria reduzir o tempo de aprovação de projetos de infraestruturas, sem colocar em causa as regulamentações mais rigorosas especificando as ambientais e de segurança:

> *"(...)We'll cut the federal permitting timeline for major projects down to two years. And ideally, we're going to try and get even less than that. (...) we're going to get it down to 2 years and maybe less, with strong regulation, especially environmental and safety regulation. But we'll get it down to a very low number. And we're going to do it fast (...)"* (Trump, 2020b).

Trump afirmou que iria manter os EUA como um país que protege o meio ambiente. Também sugeriu que os EUA são um dos países que tem a água e o ar mais limpo do mundo e que isso não iria se alterar com o aumento das construções de infraestruturas:

> *"(...) At the same time, we're maintaining America's world-class standards of environmental protection. We have some of the cleanest air and cleanest water on Earth. And for our country, the air is, right now, cleaner than it's been in 40 years. I guess you go before that, there was a lot less activity (...)"* (Trump, 2020b).

Desta forma, fica evidente que Trump priorizou o progresso econômico do país em detrimento da proteção ambiental, pois ao reduzir o tempo de aprovação dos projetos permite a existência de lacunas das regulamentações ambientais, que podem gerar impactos negativos ao meio ambiente como o aumento da emissão de poluentes e a destruição da biodiversidade.

Análise comparativa

Na sequência da análise dos discursos de Bolsonaro e Trump com base nos cinco critérios definidos, mostra-se relevante a comparação das abordagens utilizadas pelos respectivos. O paralelo entre os dois líderes facilitará a identificação das convergências e das divergências nas ações políticas na esfera internacional. Com a finalidade de tornar mais simples a compreensão, as conclusões foram organizadas na Tabela 2, que destaca os critérios utilizados e evidenciando as semelhanças e diferenças de ambos.

Tabela 2 - Similaridades e Diferenças: Um Comparativo entre Trump e Bolsonaro

Critérios	**Dimensão Ideológica**	**Retórica de *Soft Power***	**Estratégias de *Hard Power***	**Posições Multilaterais**	**Discursos Ambientais e Climáticos**
Semelhança	**x**	**x**		**x**	**x**
Diferença			**x**		

Fonte: elaboração própria

No que diz respeito a dimensão ideológica, Donald Trump e Jair Bolsonaro apresentam semelhanças em seus discursos. Ambos apresentam uma postura nacionalista, populista e anti-globalista. Trump utiliza o seu lema "*America First*" para reafirmar a prioridade dos interesses dos EUA enquanto Bolsonaro afirma que a política externa do país vai ter como foco a defesa da soberania e o desenvolvimento do Brasil, evidenciando a retórica nacionalista. Ambos são líderes populistas, pois centralizam o poder na população e criticam as elites. Em relação a postura anti-globalista, os dois líderes manifestaram descontentamentos com as organizações internacionais.

A retórica de *soft power* também apresentou semelhanças nas abordagens. Ambos os líderes tentaram utilizar os valores e a cultura para atingir os seus objetivos, no entanto apresentaram diferenças nas escolhas de valores. Jair Bolsonaro fez apelo aos valores tradicionais diversas vezes em seus discursos na tentativa de gerar um desejo de cooperação em outros países. Já Trump recorreu aos valores econômicos dos EUA, afirmando que o país era um exemplo a ser seguido e que era um ambiente muito favorável para outros países investirem financeiramente.

Relativamente às estratégias de *hard power* é notório uma diferença entre os líderes. Donald Trump recorrentemente adotou a utilização de sanções econômicas para conquistar seus interesses, como o caso da retirada do Acordo Nuclear com o Irã.

Enquanto nos discursos de Bolsonaro não é tão evidente a utilização dessas estratégias, sendo reconhecido apenas uma forma indireta de *hard power* no alinhamento do Brasil aos EUA para resolver a crise na Venezuela.

Outra semelhança apresentada são as posições multilaterais de Trump e Bolsonaro. O ex-presidente americano tinha uma postura de rejeição ao multilateralismo, pois acreditava que a cooperação entre vários países colocava em causa os interesses nacionais. Essa rejeição foi realçada com a saída do país do Acordo de Paris. Apesar de Bolsonaro também apresentar uma postura de rejeição as instituições multilaterais, ele não se retirou de nenhum acordo ou instituição, apenas criticou de forma incisiva e afirmou que era necessária uma reforma no funcionamento das mesmas.

Os discursos de ambos os ex-presidentes em relação ao meio ambiente apresentam algumas convergências. Donald Trump e Jair Bolsonaro afirmam em seus discursos que se preocupam com o meio ambiente e que seus governos são responsáveis em relação a preservação ambiental. No entanto, Trump se contradiz ao retirar o país do Acordo de Paris e propor alterações na regulamentação ambiental, mostrando que tem preferência pelo desenvolvimento econômico do país. Bolsonaro também considera o desenvolvimento econômico como prioridade, pois apesar de sua declaração sobre a preservação ambiental o líder populista destaca a importância do agronegócio para o país.

CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objetivo principal estudar as políticas externas dos líderes Jair Bolsonaro, no Brasil, e Donald Trump, nos Estados Unidos, com ênfase nas semelhanças e diferenças de suas abordagens no contexto do populismo e da retórica nacionalista. O estudo foi feito por meio de uma análise de discursos e ações em áreas como a economia, meio ambiente e as relações internacionais. As conclusões dessa análise destacam tanto convergências como divergências entre a administração dos dois líderes, evidenciando a complexidade das posturas adotadas por ambos no cenário internacional.

Em relação as políticas externas, Bolsonaro e Trump apresentaram muitas características semelhantes. Ambos tiveram uma postura de defesa e exaltação da soberania nacional, priorizaram os interesses nacionais e manifestaram um certo ceticismo em relação às instituições multilaterais. Entretanto, as suas políticas internacionais também se diferenciaram ao que tocam a profundidade e o alcance, pois Trump colocou os EUA como prioridade em todas as suas esferas de atuação com a finalidade de manter o país como superpotência enquanto Bolsonaro, ao se alinhar ideologicamente diversas vezes ao governo americano, colocou os interesses nacionais em segundo plano.

A análise dos discursos escolhidos apresenta variações interessantes no que diz respeito aos critérios estabelecidos e comprova a expectativa da dissertação, ou seja, houve convergências significativas na retórica populista e anti-globalista, mas divergências nos contextos e abordagens específicas devido as diferenças estruturais entre os dois países. Na dimensão ideológica os dois líderes apresentaram abordagens muito semelhantes, ao utilizarem retóricas populistas e nacionalistas. Em relação ao *soft power* ambos utilizaram os valores para conquistar os seus interesses, diferindo apenas na escolha desses valores. Já no *hard power* é notório uma diferença, pois Trump apresentou uma abordagem mais radical ao utilizar sanções econômicas e ameaças do uso da força em diversas situações enquanto Bolsonaro, apenas utiliza essa estratégia de forma oblíqua, podendo isso estar ligado ao facto dos EUA terem uma posição mais imponente no sistema internacional, quer em termos econômico quer em termos militares. As posições multilaterais se assemelham em termos de postura, mas se afastam na questão da ação. Trump, para além de criticar as instituições multilaterais se retirou de acordos que em sua visão prejudicariam os interesses nacionais dos Estado Unidos. Já Bolsonaro

se limitou a criticar essas instituições e ameaçar a saída do país de determinados acordos, mas não efetivou essa medida, podendo estar relacionado com o facto do Brasil ser uma país em desenvolvimento, para o qual a participação nesses acordos e instituições multilaterais facilitariam o crescimento e a manutenção de sua autonomia econômica. No que toca o meio ambiente, os dois líderes apresentaram em discursos a preocupação e o compromisso com o meio ambiente, porém divergem desta postura em suas ações políticas internas e externas que acabaram por fragilizar a cooperação dos países para a crise climática global.

As implicações desta dissertação vão além dos critérios anteriormente estabelecidos. A análise discursiva ressaltou questões importantes, no entanto, dinâmicas regionais específicas, o impacto dos discursos na formação da opinião pública e a importância das alianças estratégicas na formulação da política externa poderiam oferecer uma visão mais abrangente das políticas internacionais adotadas por Trump e Bolsonaro.

Concluindo, esta dissertação cumpriu com a sua proposta de investigar as semelhanças e diferenças das políticas internacionais de Donald Trump e Jair Bolsonaro nos contextos definidos. Ao utilizar a metodologia comparativa junto da análise de discursos foi possível identificar os aspectos mais relevantes e os padrões existentes em ambos os governos.

Embora o objetivo desta análise tenha sido alcançado, essa pesquisa abre várias possibilidades para aprofundamentos futuros. Desta maneira, apresento algumas sugestões de áreas que podem ser desenvolvidas em maior profundidade com a finalidade de enriquecer o debate sobre as dinâmicas entre o populismo e a política externa: a influência das redes sociais nas narrativas internas e externas de líderes populistas; o impacto das políticas externas populistas no sistema internacional a longo prazo e sua relação com as relações diplomáticas e a influência das mudanças sociais, econômicas e políticas internas na formulação das políticas externas dos populistas.

BIBLIOGRAFIA

Azevedo, J. (1998). *Metodologias qualitativas: Análise do discurso*. Recuperado de https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8902/2/4264.pdf

Barr, R. R. (2009). Populists, outsiders and anti-establishment politics. *Party Politics, 15*(1), 29–48. https://doi.org/10.1177/1354068808097890

Bolsonaro, J. (2019a). Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional. Recuperado de http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional

Bolsonaro, J. (2019b). Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Abertura do Debate Geral da 74ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) – Nova Iorque/EUA. Recuperado de http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-abertura-do-debate-geral-da-74a-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-agnu-nova-iorque-eua

Bolsonaro, J. (2019c). Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a abertura da sessão plenária do Fórum Econômico Mundial 2019. Recuperado de http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-a-abertura-da-sessao-plenaria-do-forum-economico-mundial-2019

Bolsonaro, J. (2019d). Declaração à imprensa do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Conferência de Imprensa com o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump – Washington/EUA. Recuperado de http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-conferencia-de-imprensa-com-o-presidente-dos-estados-unidos-donald-trump-washington-eua

Bolsonaro, J. (s.d.-a). Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cúpula do G20 (videoconferência) – Palácio do Planalto. Recuperado de http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cupula-do-g20-videoconferencia-palacio-do-planalto

Bolsonaro, J. (s.d.-b). Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Recuperado de http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-da-organizacao-das-nacoes-unidas-onu

Cardoso, D. (2021). Política externa do governo Bolsonaro: Continuidade e ruptura. *Janus 2020-2021 – Anuário de Relações Exteriores*, 32-33. http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.10150.04168

Casarões, G., & Flemes, D. (2019). Brazil first, climate last: Bolsonaro's foreign policy.

Cervo, A. L., & Bueno, C. (2002). *História da política exterior do Brasil*.

Cervo, A. L., & Lessa, A. C.. (2014). O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Revista Brasileira De Política Internacional*, *57*(2), 133–151. https://doi.org/10.1590/0034-7329201400308

Chryssogelos, A. (2018). Europeanisation as de-politicisation, crisis as re-politicisation: The case of Greek foreign policy during the Eurozone crisis. *Journal of European Integration, 41*(5), 605–621. https://doi.org/10.1080/07036337.2018.1544249

Clarke, M., & Ricketts, A. (2017). Donald Trump and American foreign policy: The return of the Jacksonian tradition. *Comparative Strategy*, *36*(4), 366–379. https://doi.org/10.1080/01495933.2017.1361210

Destradi, S., Cadier, D., & Plagemann, J. (2021). Populism and foreign policy: a research agenda (Introduction). Comparative European Politics, 19(6), 663–682. https://doi.org/10.1057/s41295-021-00255-4

Destradi, S., Plagemann, J., & Taş, H. (2022). Populism and the politicisation of foreign policy. *The British Journal of Politics and International Relations*, *24*(3), 475-492. https://doi.org/10.1177/13691481221075944

Dornan, M. (2011). Liberal internationalism. *E-International Relations*. Recuperado de: https://www.e-ir.info/2011/08/02/liberal-internationalism/

Faria Carvalho, F., & Andrade de Oliveira Paiva, B. (2022). Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. *Revista Da Anpoll, 53*(1), 215–235. https://doi.org/10.18309/ranpoll.v53i1.1614

Franco, M. C. (2000). Quando nós somos o outro: questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. *Educação & Sociedade, 21*(72), 197–224.

Gomes, G. S. C. (1990). A política externa e a diplomacia numa estratégia nacional: Nação e defesa (pp. 55-76).

Hirst, M., & Maciel, T. (2022). Brazil's foreign policy in the time of the Bolsonaro government. *SciELO Preprints*. https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4771

Hoffmann, F. (2022). A extrema direita no poder: Bolsonaro e o bolsonarismo. *Revista Orbis Latina-Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras-ISSN: 2237-6976*, *12*(1), 04-20.

Laclau, E. (2005). *On populist reason*. London: Verso.

Lima Filho, G. D. A. (2023). America first? Uma análise do lugar da OTAN na política externa dos Estados Unidos no governo Donald Trump sob a ótica do modelo proposto por Charles Hermann. Recuperado de: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/28488

Löfflmann, G. (2022). Introduction to special issue: The study of populism in international relations. *The British Journal of Politics and International Relations*, *24*(3), 403-415. https://doi.org/10.1177/13691481221103116

Lopes, A. F. (2019). Trumpismo e soft power: Um estudo sobre a construção da imagem dos Estados Unidos no governo de Donald Trump. Recuperado de: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/26578

Mendes, P. (2015). A raiz e o fruto na análise da política externa. *Relações Internacionais, Lisboa, 16*(4), 129-144.

Mendes, X. S. (2022). A política externa dos Estados Unidos para as mudanças climáticas durante o governo Donald Trump. Recuperado de: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3024

Mengshu, Z. (2020). A brief overview of Alexander Wendt's constructivism. *E-International Relations, 19*. Recuperado de: https://www.e-ir.info/2020/05/19/a-brief-overview-of-alexander-wendts-constructivism/

Miranda, J. A. R. (2020). De costas para a América, de frente para a Europa: A orientação da política externa do Império do Brasil. *Vínculos de Historia Revista del Departamento de Historia de la Universidad de Castilla-La Mancha, (9)*, 367-382. https://doi.org/10.18239/vdh_2020.09.18

Moffitt, B. (2017). *The global rise of populism: Performance, political style, and representation*. Stanford: Stanford University Press.

Mudde, C. (2004). The Populist Zeitgeist. *Government and Opposition*, *39*(4), 541–563. https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x

Nye, J. S. (2011). Power and foreign policy. *Journal of Political Power, 4*(1), 9–24. https://doi.org/10.1080/2158379X.2011.555960

Oliveira, C. A. T. (2018). A política externa do governo Temer: Características e oportunidades de uma política pública negligenciada. *Fronteira, Belo Horizonte, 17*(34), 296-309.

Ostiguy, P. (2017). Populism: A socio-cultural approach. In *The Oxford Handbook of Populism* (pp. 73–100). Oxford: Oxford University Press.

OTAN (1949). Tratado do Atlântico Norte. Recuperado de https://www.nato.int/cps/sn/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt

Paulino, T. S. (2022). O jogo de dois níveis na política externa brasileira (1995-2016) (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa-FCSH: DEP). Recuperado de http://hdl.handle.net/10362/29548

Pereira, P. J. dos R.. (2005). A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washigton (1905-1910). *Revista Brasileira De Política Internacional*, *48*(2), 111–128. https://doi.org/10.1590/S0034-73292005000200006

Plagemann, J., & Destradi, S. (2020). The foreign policy of populists. *Horizons: Journal of International Relations and Sustainable Development, 15*, 110-119. Recuperado de: https://www.jstor.org/stable/48573640

Prior, H. (2023). Nacional-populismo no Brasil: Uma reflexão sobre a ascensão de Jair Bolsonaro e o ideário da extrema-direita. *Janus.net, 14*(1). https://doi.org/10.26619/1647-7251.14.1.7

Putnam, R. D. (1988). Diplomacy and domestic politics: The logic of two-level games. *International Organization, 42*(3).

Rosenau, J. N. (1967). Foreign policy as an issue-area. In *Domestic sources of foreign policy* (pp. 11–50). Free Press.

Salomón, M., & Pinheiro, L. (2013). Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: Trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional, 56*(1), 40-59. https://doi.org/10.1590/S0034-73292013000100003

Santos, F., & Tanscheit, T. (2019). Quando velhos atores saem de cena: A ascensão da nova direita política no Brasil. *Colombia Internacional, (99)*, 151–186. https://doi.org/10.7440/colombiaint99.2019.06

Santos, T. W. M. S., & Moura, T. G. Z. (2023). A análise do papel do soft power e do hard power como forma de atuação na geopolítica global. *C@ LEA-Cadernos de Aulas do LEA, 12*(1), 81-96.

Skidmore, D. (2012). The Obama presidency and US foreign policy: Where's the multilateralism?. *International Studies Perspectives, 13*(1), 43-64. https://doi.org/10.1111/j.1528-3585.2011.00454.x

Trump, D. (2017a). The inaugural address. Recuperado de https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/the-inaugural-address/?utm_source=link

Trump, D. (2017b). Remarks by President Trump to the 72nd session of the United Nations General Assembly. Recuperado de https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-72nd-session-united-nations-general-assembly/

Trump, D. (2017c). Statement by President Trump on the Paris Climate Accord. Recuperado de https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/statement-president-trump-paris-climate-accord/

Trump, D. (2018). Remarks by President Trump on the Joint Comprehensive Plan of Action. Recuperado de https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-joint-comprehensive-plan-action/

Trump, D. (2020a). Remarks by President Trump at the World Economic Forum | Davos, Switzerland. Recuperado de https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-world-economic-forum-davos-switzerland/

Trump, D. (2020b). Remarks by President Trump on proposed national environmental policy act regulations. Recuperado de https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-proposed-national-environmental-policy-act-regulations/

Urbinati, N. (2019). Political theory of populism. *Annual Review of Political Science, 22*, 111-127. https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-050317-070753

Vasconcelos Junior, M. H. (2023). EUA e Trump: Como o Nacionalismo Influenciou a Balança de Poder Mundial. *Revista (Re)Definições das Fronteiras*, *1*(3), 22–41. https://doi.org/10.59731/vol1iss3pp22-41

Vidigal, C. E. (2019). Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. *Meridiano 47 - Journal of Global Studies, 20*. https://doi.org/10.20889/M47e20011

Vieira, R. M. (2023). A política externa do governo Bolsonaro (2019-2022) e a mudança no perfil de engajamento na ONU. Recuperado de https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/68741

Weiss, T. G. (2018). The UN and multilateralism under siege in the "Age of Trump." *Global Summitry, 4*(1), 1-17. https://doi.org/10.1093/global/guy013

Wendt, A. (1999). *Social theory of international politics* (1st ed.). Cambridge: Cambridge University Press.

Weyland, K. (2001). Clarifying a Contested Concept: Populism in the Study of Latin American Politics. *Comparative Politics*, *34*(1), 1–22. https://doi.org/10.2307/422412

Zürn, M. (2019). Politicization compared: At national, European, and global levels. *Journal of European Public Policy, 26*(7), 977–995. https://doi.org/10.1080/13501763.2019.1619188